



**Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama**  
**do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA**  
**Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – [www.revistapindorama.ifba.edu.br](http://www.revistapindorama.ifba.edu.br)**

## **Francisco do Rego Barros e o Recife Neoclássico: uma transformação sócio-espacial**

**Eduardo Oliveira Henriques de Araújo**

Membro da Comissão Geral da REDITEC 2010, vinculada à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, lotado na Subcomissão de Cultura. Gerenciador de Informações IFPE da REDITEC 2010  
[reditec@reitoria.ifpe.edu.br](mailto:reditec@reitoria.ifpe.edu.br)

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anália Keila Rodrigues Ribeiro**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE  
Diretora de Ensino do Campus IFPE - Afogados da Ingazeira.  
[analiakeila@yahoo.com.br](mailto:analiakeila@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

A Cidade do Recife sofreu com fortes modificações urbanísticas no decorrer da sua história. Contudo, poucas dessas modificações foram, de fato, tão marcantes, intrínsecas, viscerais e duradouras como as vivenciadas durante a gestão de Francisco do Rego Barros, Conde da Boa Vista, à frente da Presidência da Província de Pernambuco, ofertada por indicação e exercida a pedido do Imperador Dom Pedro II de Bragança. Com o Conde da Boa Vista, o Recife comutou-se da cidade arraigada ao passado mascate e ao traço Colonial das edificações públicas e Barroco das construções eclesiásticas e civis para o traço elegante e pungente do Neoclassicismo. Este foi trazido da Europa para o Recife pelo conde e acabou por transformar a cidade em seu amálgama, construindo uma nova cultura e um novo hábito social de importância parecida só encontrada nas ações de outro conde, o Conde Maurício de Nassau Von Siegen, Príncipe de Holanda, no século XVII, durante a Invasão Holandesa. Assim, ver-se-ão neste artigo quais e como as mudanças produzidas por Francisco do Rego Barros se refletiram na realidade recifense, sem julgá-las, sem adentrá-las no mérito da engenharia ou mesmo da arquitetura, mas pelo mérito da sobrevivência ao longo dos séculos na face da cidade e na postura dos seus cidadãos.

**Palavras-Chave:** Francisco do Rego Barros. Conde da Boa Vista. Neoclassicismo. Brasil Imperial. Recife Imperial.

## INTRODUÇÃO

### 1. Marcas no Recife

O Recife é uma cidade marcada por sucessivas transformações provenientes de mutações políticas. Tais transformações, porém, tiveram as suas maiores inflexões na constituição social da população recifense e daqueles que vieram a compô-la, seja fixa ou provisoriamente, em meio à marca cosmopolita da cidade até o final do Império.

Portugueses, holandeses, ingleses e franceses trouxeram para a cidade modelos de política, de urbanidade e de constituição social em momentos seqüenciados e, em alguns casos, concomitantes. Os lusitanos ocuparam as partes altas de Olinda e apenas após a estada holandesa no Recife voltaram seus olhos para a planície de mangue junto ao cais natural emoldurado pelos arrecifes que deram nome a cidade. Os holandeses invadiram a possessão portuguesa no Novo Continente em busca do 'ouro doce' que abastecia quase toda a Europa e engordava o Erário de Lisboa. Trouxeram a experiência de seus diques e pontes para o projeto de urbanização da cidade e este ainda é o traço mais marcante do Recife. Recife é cidade das pontes, dos rios, das ilhas assim como é quase toda a Holanda. Foi graças aos flamencos, como eram conhecidos os holandeses, que o Recife constitui-se definitivamente como a cidade mais importante do Nordeste, economicamente.

Os ingleses e franceses vieram mais tardiamente ao Recife, já após a abertura dos portos as nações amigas, com a chegada de Dom João VI e a Família Real. Suas influências se deram, primeiramente, nas artes pictóricas, escultóricas, literárias e musicais. Contudo, paulatina e progressivamente, o hábito social dessas duas culturas se miscigenou ao do local. Cabe-se ressaltar que o próprio hábito social português já havia sofrido a influência dessas duas culturas por ser a Inglaterra antiga parceira econômica e a França a hegemônica ditadora de hábitos cortesês em toda a Europa.

O resultado desses imperativos contatos culturais, ocasionados por interesses políticos e econômicos, para o Recife foi nítida sobreposição de estilos e concepções culturais que em partes se somavam as já existentes e, em outras, vinham para aniquilar as marcas culturais deixadas pelo povo antecessor.

Arquitetonicamente, vê-se claramente o choque estilístico ocorrido no Recife quando se passeia por suas ilhas, as que constituem seus primeiros focos de ocupação e centralização das elites governantes e econômicas, no perímetro conhecido como Recife Antigo ou Centro da Cidade.

A Praça Barão de Rio Branco, Marco Zero do Recife, possui uma Rosa dos Ventos desenhada pelo artista plástico Cícero Dias aponta para a todos os pontos do Recife. Nela, pode-se perceber que as ruas que da Praça partem seguem o mesmo traçado, a pesar de serem séculos anteriores ao desenho, os pontos colaterais. Engenharia holandesa que marca toda a ilha inicial da cidade. Todavia, os edifícios históricos que margeiam a Praça possuem claro estilo eclético francês, trazido durante o II Império, mas já retocados pela *Art Decó* tardia dos anos quarenta, em inspiração inglesa. Essa praça não é o único exemplar dessa miscigenação cultural sofrida pelo Recife.

Contudo, mesmo tendo-se tamanha sobreposição e mesmo substituição de estilos na capital pernambucana, um estilo se sobressai dentre os palácios e sobrados, edificações públicas e até eclesiásticas: o Neoclassicismo. Famoso por ser o estilo arquitetônico do II Império, havendo sido o eleito pelo gosto do Imperador Dom Pedro II de Bragança para suas próprias edificações de trabalho e de morada, a arquitetura neoclássico firmou-se no Recife graças ao gosto particular de um membro da Corte Imperial, fidalgo por nascimento, Conde com Grandeza por mérito: Francisco do Rego Barros.

## **2. O Conde da Boa Vista e o novo Recife**

Francisco do Rego Barros, único Conde da Boa Vista, foi um importante nome da história do Brasil Imperial. Esteve à frente da Presidência da Província de Pernambuco, de 1837 a 1844, e da Província do Rio Grande do Sul, de 1865 a 1867 – durante a Guerra do Paraguai.

Lúcia Gaspar (2003), da Fundação Joaquim Nabuco, relate que Francisco era filho de um coronel de milícias homônimo dignitário fidalgo e Cavaleiro da Casa Imperial do Brasil. Sua educação deu-se em casa, no extinto Engenho Trapiche, por professores particulares. Ingressou na carreira militar em 1817, aos 17 anos de idade. Obteve destaque por seu brilhantismo estratégico

em batalhas como a Revolução de Goiânia e a Convenção de Beberibe, ocorridas em 1821. Francisco acabou por ser preso e enviado à prisão da fortaleza de São João da Barra, em Lisboa, Portugal, por seu envolvimento nas duas batalhas citadas. Liberto em 1823, ele viajou à Paris desejoso de completar sua educação formal. Na capital francesa, centro cultural do Ocidente, bacharelou-se em Matemática pela renomada Universidade de Paris.

Formado, Francisco do Rego Barros retorna a Pernambuco e dedica-se à Política. Em 1837, com 35 anos de idade, foi designado Presidente da Província de Pernambuco, nela permanecendo até 1844 (SENADO, 2009). Quando assumiu o governo de Pernambuco, Rego Barros mandou buscar na França engenheiros franceses de renome, artistas e literatos, além de incentivar o desenvolvimento das artes e ciências locais. GASPARD (2003), completa que o Conde foi responsável pela equiparação de Recife às grandes cidades modernas da época. Aterrou mangues para a expansão da cidade, sendo o mais importante o da Boa Vista, que se iniciava na Rua da Aurora e seguia pela Rua Formosa e Caminho Novo até a Várzea. Hoje, esse traçado entre a Rua da Aurora e a Várzea é a Avenida Conde da Boa Vista, em homenagem à figura modernizadora de Francisco do Rego Barros.

Francisco do Rego Barros tinha o objetivo pessoal de configurar a Província como um local de prosperidade. Esse trabalho se iniciava pela capital. Assim, o Recife acabou por ganhar: estradas ligando à capital as áreas do interior produtoras de açúcar, a ponte pênsil de Caxangá, o Teatro de Santa Isabel, a Penitenciária Nova – hoje, Casa da Cultura -, o Cemitério de Santo Amaro, o edifício da Alfândega – hoje, o Shopping Paço Alfândega -, canais, estradas urbanas, um sistema de abastecimento de água potável, a reconstrução das pontes de Santa Isabel, Boa Vista e Maurício de Nassau, além da construção de sua maior obra, o Palácio do Campo das Princesas (GASPARD, 2003).

Sua nobreza crescente dentro da Corte Imperial de Dom Pedro II se iniciou em 1841. Através de Decreto Imperial, Rego Barros foi agraciado com o título de Barão, recebendo o título de Barão com grandeza em 1854. Foi elevado a Visconde, com grandeza, em 1858 e, em 1860, tornou-se Conde com grandeza, o primeiro e único Conde da Boa Vista (BARATA E CUNHA BUENO APUD CASCÃO, s/d).

O Reconhecimento da valia de Rego Barros teve nos títulos nobiliárquicos apenas uma oficialização, pois dentre o povo pernambucano a figura do Conde da Boa Vista já era extremamente respeitada, honrada e estimada. Prova disso é o presente lhe dado por suas ações em prol do desenvolvimento do Recife. Este foi um palacete no número 405 da Rua da Aurora, em dois pavimentos, em estilo Neoclássico. O Presidente da Província o recebeu em 1842 e nele viveu até a sua morte, em 1870 (GASPAR, 2003), dois anos após seu retorno da Província do Rio Grande do Sul onde foi presidente provincial durante a Guerra do Paraguai (SENADO, 2009).

O citado Palacete do Conde da Boa Vista foi projetado pelo engenheiro e urbanista francês Louis Léger Vauthier, sendo um dos exemplares mais belos do neoclacissismo recifense, inspiração típica de Vauthier. Esse edifício é um dos cartões postais mais famosos do Recife, sendo constantemente visto em fotografias da Rua da Aurora, que é utilizada pela Prefeitura da Cidade do Recife como símbolo do município.

Durante a ditadura militar, por motivo dos constantes interrogatórios a estudantes e intelectuais, o palacete, que abrigava a 1ª Delegacia Auxiliar e, depois, a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS -, foi apelidado pelo Jornalista Aníbal Fernandes de “A Sorbonne da Rua da Aurora” (POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2007).

As marcas dos passos de Francisco do Rego Barros ainda estão vivazes no Recife de hoje. O Teatro de Santa Isabel, o Palácio do Campo das Princesas, a Rua da Aurora, todo o Bairro da Boa Vista, a Conde da Boa Vista e a Casa da Cultura, dentre outros cartões postais da cidade, figuram no imaginário de cada recifense e são daqui levados mundo afora por turistas, graças às marcas estilísticas na urbanização por ele deixadas (MENEZES, 1985). Mais do que isso, são as experiências nesses locais, vivenciadas hoje e outrora, como as tidas por aqueles estudantes da época da “Sorbonne da Rua da Aurora”, em meio ao espírito de Francisco, que conferem certa magia ao Recife (POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2007).

Por todo o exposto, compreende-se que a presença de Rego Barros não se findou quando da sua morte, ainda no século XIX, como também não se restringe a edifícios monumentais. A ‘culturalidade’ efervescente do recifense, as

constantes manifestações de união do clássico e do popular, a defesa dos espaços tradicionais e o espírito empreendedor para ambientes de cultura são legados, marcos remanescentes do espírito semeado pelo Conde da Boa Vista na cidade por ele transformada, e que, contemporaneamente, ainda floresce.

### **3. Um novo recifense para um novo Recife**

Não se faz possível uma transformação cultural que não tenha como atores os agentes culturais humanos. No Recife, culturas externas foram adicionadas à cultura local, ano após ano, através dos séculos, oriundas de países e constituições sociopolíticas distintas. Tal fenômeno acarretou em uma miscigenação cultural que faz da cidade rica e plural.

A miscigenação cultural que comutou imposições políticas em diversidade cultural acabou fazendo-se patrimônio cultural imaterial do Recife. Foram incorporados traços dessas culturas ao *modus vivendis* dos recifenses e a face da cidade acabou por refletir isso quando do caminhar do seu desenvolvimento urbanístico.

Esse patrimônio cultural imaterial acaba por transparecer nos elementos tangíveis e externando-se na fisionomia da cidade. Contudo, seja material ou imaterial, dada a sua natureza gênica ou de manifestação, o patrimônio histórico e cultural é a riqueza comum que se herda como cidadão, e que se vai transmitindo de geração a geração (FUNDARPE, s/d). Assim, o patrimônio cultural é parte da herança comum da nação e a sua conservação é de interesse geral, do Poder Público e da Sociedade Civil. Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que se foi e do que se será: a identidade da nação (FUNDARPE, s/d).

A arquitetura da cidade, a urbanização crescente em concordância com a demanda populacional e mesmo econômica da capital de Pernambuco serviu como espelho dessas transformações da constituição do hábito social da cidade. Com efeito, será através deste espelho que se analisará a renovação do perfil da 'recifensidade' proveniente do governo de Francisco do Rego Barros, enquanto Presidente da Província de Pernambuco, seguindo-se a trilha do Neoclassicismo,

o mais presente estilo arquitetônico nas edificações públicas e palacetes privados do Recife anteriores ao século XX.

Para se adequar a nova face da cidade, mais rica, mais elegante e mais similar a uma corte do que jamais fora, instituições foram criadas e novos hábitos para o uso das mesmas foram surgindo. O Teatro de Santa Isabel, empreendimento máximo do Conde da Boa Vista no âmbito da cultura, serve como uma luva de pelica para exemplificar o que foi essa renovação recifense.

Em seu discurso à Câmara dos Deputados, Rego Barros defende a criação de um 'palácio dos espetáculos', aos moldes dos das grandes cidades do mundo, seguindo a modernidade vigente, na união de tradição e desenvolvimento, conforto e lúdico, estética (neoclássica) e funcionalidade:

*“Tomando-se bastante sensível, senhores, nesta rica e populosa cidade, a falta de um teatro público, que ofereça aos seus habitantes uma licita e honesta distração, havendo apenas com este nome uma casa particular tão acanhada, e péssima, que ninguém a ela recorre, e tendo semelhante estabelecimento merecido, em todos os tempos, a proteção dos governos, pelas vantagens que deles resultam a civilização e moralidade dos povos, julguei conveniente mandar levantar a planta e fazer o orçamento de um edifício, que sirva de teatro público nesta capital, e espero que vós consignareis os necessários fundos para esta obra, ou por meio de prestações marcadas na lei do orçamento futuro, ou por meio de loterias, formadas segundo o plano das que já foram concedidas a Matriz do Sacramento da Boa Vista, e a Igreja do Livramento” (BORGES, 1992).*

Havendo sensibilizado aos senhores deputados, o intuito do então Presidente da Província foi atendido e o Teatro de Santa Isabel, oferecido em Ação de Graças à Santa Isabel como forma de também se homenagear por onomástico à filha do Imperador, Princesa Isabel de Bragança e Bourbon – A Redentora -, projetado pelo arquiteto francês Louis Léger-Vauthier.

Geninha da Rosa Borges, atriz e ex-Diretora do Teatro de Santa Isabel, em seu livro *Teatro de Santa Isabel: nascedouro & permanência*, explica a mudança social primeira ocasionada com a inauguração do teatro dentre os costumes da sociedade recifense:

*“Nenhum modista, nenhum alfaiate ficou sem dinheiro farto nas gavetas da cômoda ou da secretária. Encomendas de trajos de luxo. Jóias de brilhantes e de esmeraldas: caçoletas, diademas, rosetas... Ao teatro ia-se de carruagens próprias, com brasões nas portinholas ou em 'landaus' e*

*'coupés' alugados (...). O Recife estava outro. Para ele, assim progressista, somente o Teatro de Santa Isabel. (BORGES, 1992).*

Observa-se, claramente, que houve uma agitação por tornar-se digno do que havia sido implantado na cidade. O Recife e seus recifenses buscavam enterrar o provincianismo, o arcaísmo das relações sociais que o comodismo gerado a partir da estabilidade nacional do Segundo Império proporcionou. A cidade voltou a revestir-se com o brio e a polidez de uma capital, de uma grande cidade. E tudo isso emoldurado pelo neoclassicismo trazido por Rego Barros de sua estada na França a título de completar sua educação.

Em síntese, pode-se dizer que quando Rego Barros promoveu uma alteração profunda, uma renovação na face da cidade, em seu plano arquitetônico e urbanístico, bem como no seu hábito social, ele, na realidade, gerou uma alteração na identidade coletiva do Recife.

## **ANÁLISE DE DADOS**

Quando o Conde da Boa Vista assumiu a pedido do Imperador Dom Pedro II de Bragança a Presidência da Província de Pernambuco, o Recife encontrava-se ainda atrelado às concepções urbanísticas deixadas pelos reparos da revolução pós-Expulsão dos Holandeses. Havia-se extrema necessidade de ser modernizar a cidade, “pois a capital de sua província estava desprovida das utilidades imprescindíveis ao bem estar e conforto do seu povo: não havia água, esgotos, pontes, logradouros, teatros, obras portuárias; as ruas da cidade eram de areia passeios de tijolos pontes de madeira”, como narra João Pirretti (BORGES, 1992).

Assim, percebe-se que o Recife vivia uma situação de arcaísmo urbanístico e seus aparelhos sociais não atendiam às necessidades da população. No que cerne a construção de novos espaços públicos para sediar instituições do governo, espaços urbanísticos que remodelassem com modernidade a cidade e dessem maior fluidez às suas atividades comerciais e financeiras, como o comércio portuário, o Neoclassicismo foi o estilo escolhido por Rego Barros para tal engenho.



O Teatro de Santa Isabel, o Palacete Rego Barros na Rua da Aurora, o Palácio do Campo das Princesas, a Praça da República – originalmente Campo das Princesas -, e o Paço Alfândega, por exemplo, são marcas deixadas por Rego Barros na cidade que exprimem sua predileção pelo estilo Neoclássico, em concordância com o próprio gosto do Imperador Dom Pedro II.

Deve-se justificar o motivo de no Paço Alfândega não ser tão visível o referido estilo. Isso se dá por haverem graves alusões ao seu estilo original, o Colonial, proveniente do Convento da Ordem de São Lucas que, antes de Rego Barros lá implantar a Alfândega do Recife, lá funcionava. Já para o aparente ecletismo na fachada do Palácio do Campo das Princesas é devido a uma grande reforma comandada pelo Presidente da Província Luiz Barbalho Muniz Fiúza, na segunda metade do século XIX.

Quando erigido, o Paço veio para substituir uma edificação antiga, de 1534, existente na Cidade Alta de Olinda, contemporâneo à época áurea do ciclo do açúcar e da expansão comercial com a Europa. A jornalista Adriana Lúcia (2009), do Correio Recifense completa afirmando que depois de transferida para o edifício que abrigava o convento na Rua da Madre de Deus, a Alfândega se destacou por ser um lugar mais seguro e amplo, perto das atividades portuárias.

A Praça da República merece especial atenção. Havia um parque em frente ao Palácio do Campo das Princesas chamado de *Campo da Honra*. Para homenagear o Imperador, foi denominado *Largo do Paço* à época da reforma para abrigá-lo quando de sua visita a Pernambuco. Contudo, a identificação da população com a Família Imperial foi tamanha durante os quase um mês de estada na cidade que a diária distração das princesas Isabel e Leopoldina rebatizou o local. O povo passou a chamá-lo de *Campo das Princesas*, pois as filhas dos Imperadores do Brasil faziam dali seu lugar de descanso lúdico.

Em 1980, o município oficializou a denominação do largo de Praça da República, porém a expressão *Campo das Princesas* permanece até hoje (GASPAR, 2009).

Após a introdução densa do Neoclassicismo como “forma” para os edifícios públicos e nobres da capital pernambucana, o Recife verdadeiramente mudou sua face. Surgiram muitos outros exemplares, como o Palácio Joaquim Nabuco – sede da Assembléia Legislativa -, o Ginásio Pernambucano, o Liceu de

Artes e Ofícios, o Palácio da Soledade, a Igreja da Soledade, a Igreja Matriz da Boa Vista, o Colégio Marista da Boa Vista, a Bolsa de Valores, o Gabinete Português de Literatura, o Palácio Maçom – hoje com figurações ecléticas -, a nova fachada do Teatro Apolo e o Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães.

Francisco do Rego Barros iniciou no Recife uma transformação estilística que gerou uma mudança social na cidade a partir da renovação cultural por meio do hábito social. Tudo isso baseado nas inferências já deixadas pelas culturas que miscigenaram o Recife e lapidado pela renovação trazida da França, com o Neoclassicismo também adotado pelo Imperador como o estilo moderno, progressista que deveria “vestir” o Brasil.

Essa nova configuração do Recife, arquitetônica, urbanística, política e social, empreendida pelo Conde da Boa Vista o põe, para o Recife, em semelhança com outro grande nome da história local, também nobre, mas Príncipe, o Conde Maurício de Nassau von Siegen, que séculos antes remodelou e modernizou física e culturalmente esta cidade conhecida como Veneza Brasileira.

## **METODOLOGIA**

Para o engenho deste artigo, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica que segundo Minayo (2007) e Lakatos *et al* (1986) apud Barros (2008), define-se como aquela feita a partir de material previamente publicado, sendo este principalmente colhido de livros, artigos de periódicos e material veiculado na Internet.

Este tipo de pesquisa torna possível um maior envolvimento com a problemática trabalhada (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2002). Além disso, essa análise permite uma melhor compreensão dimensional e complexa do objeto-problema a ser analisado e facilitando a compreensão fenomenológica do mesmo.

## **CONCLUSÃO**

Para que se possa imergir no universo de Rego Barros e compreender suas inerências na identidade cultural recifense desde a sua gestão à frente da

Presidência da Província de Pernambuco até os dias atuais, faz-se irrepreensível o olhar sobre alguns espaços por ele afixados na cidade e no cotidiano dos cidadãos.

A presença de Rego Barros superou o seu período de vida, avançando sobre os séculos, através da suas profundas marcas arraigadas ao seio da cidade em imponentes traços neoclássicos desenhados para modernizar e renovar o Recife. A cada inserção em um monumento oriundo da gestão de Francisco do Rego Barros, é possível se perceber do quão o tempo produziu modificações, algumas mínimas e outras mais severas, e também o quão que as características que lhe são contemporâneas ainda estão lá. Sobrevivem às mutações e conduzem o traço eleito por Francisco para redesenhar a sua cidade e promover um novo colorido à cultura, ao hábito social local.

Assim, concluí-se que ele detém a importância magna de ator constituinte da recifensidade, da relação dos cidadãos com a sua cidade, não apenas tomando como fundamento o viés histórico, mas a sua representatividade cultural atual e a sua manifestação enquanto agente de preservação, manutenção e renovação da conjectura do Recife.

## REFERÊNCIAS

BARATA E CUNHA BUENO APUD CASCÃO, Carlos Eduardo, A. H., e Regina. **Dicionário das Famílias Brasileiras - Verbetes: Butuí, Barão de; e família Moreira.** Disponível em <<http://www.sfreinobreza.com/NobB.htm>>. Acessado em 04.12.09;

BARROS, Telma Bastos de. **Conceitos em Pesquisa Científica in Web Artigos.com.** 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/10409/1/conceitos-em-pesquisa-cientifica/pagina1.html>> Acessado em 28.12.2009;

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002. P. 17-36.

BORGES. Geninha da Rosa. **Teatro de Santa Isabel: nascedouro e permanência.** CEPE. Recife, 1992;

FUNDARPE. (s/d). **O que é o Patrimônio Cultural.** Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio.html> Acessado em 1º de Junho de 2010.

GASPAR, Lúcia. **Conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros).** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2003. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br>> Acesso em 05.11.2009;

GASPAR, Lúcia. **Palácio do Governo de Pernambuco**. Pesquisa Escolar On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=312&textCode=2459&date=currentDate>>. Acesso em: 06 de Setembro de 2009.

LÚCIA, Adriana. **O Paço Alfândega no Passado**. Correio Recifense.2009. Disponível em: <<http://correiorecifense.wordpress.com/2009/10/21/o-paco-alfandega-no-passado/>> Acessado em 08 de Março de 2010.

MENEZES. José Luiz Mota. **Palácio do Campo das Princesas**. Pool Editorial LTDA. Recife. 1985;

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO. **História da polícia civil de Pernambuco – De 1817 a 2007**. Recife, 2007. Disponível em <<http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/historia-da-policia.html>> Acessado em 06.11.2009;

SENADO. **Períodos Legislativos do Império – 1850 – 1852. Senador Conde da Boa Vista**. S/D. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1677&li=8&lcab=1850-1852&lf=8](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1677&li=8&lcab=1850-1852&lf=8)> Acessado em 06.11.2009;

Publicado, em 22 de agosto de 2010, na [www.revistapindorama.ifba.edu.br](http://www.revistapindorama.ifba.edu.br)

